

O “PACTO ÁUREO” E A ATUAÇÃO DO MOVIMENTO ESPÍRITA MINEIRO NA REESTRUTURAÇÃO DO CAMPO ESPÍRITA BRASILEIRO¹

Raquel Marta da Silva²

Resumo: Este trabalho problematiza as práticas discursivas e as lutas de representação empreendidas pelos líderes da União Espírita Mineira, na reestruturação do campo espírita brasileiro. Esta instituição religiosa foi fundada em Belo Horizonte, em 1908 e, ao longo da primeira metade do século XX, ao se apropriar das representações da “mineiridade”, procurou divulgar a ideia de que o estado de Minas Gerais era responsável pela unificação e harmonização do campo espírita brasileiro.

Palavras-chave: Espiritismo; “Pacto Áureo”; Campo Espírita Brasileiro; Minas Gerais

Abstract: This work has as objective the understanding of the discursive practice and the fights of representation undertaken by the leaderships of “União Espírita Mineira”, in the restructuring of the Brazilian Spiritist religious field. This religious institution was established in Belo Horizonte, Brazil, in the beginning of the XX century, and at that time, by appropriating the representations of “mineiridade” (the Minas “identity”), the spiritist leaders sought to spread the idea that the state of Minas Gerais was responsible for the unification and harmonization of the Brazilian spiritist field.

Key-words: Spiritism; Spiritist “Golden Covenant”; Minas Gerais; Brazil

A ideia da unificação dos Espíritas partiu de Minas Gerais. Partiu do Primeiro Congresso Espírita realizado de 16 a 24 de junho de 1944 (...). Em São Paulo, no Congresso de 5 de novembro de 1948, que de regional alterou-se para nacional –

¹ Este trabalho é uma adaptação de parte da tese de Doutorado da autora, intitulada: *Representações e lutas de poder na construção da “Minas Espírita”: Da União Espírita Mineira a Francisco Cândido Xavier, 1930-1960*. Tese de Doutorado em História. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

² Doutora em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: raquelmsil@gmail.com

Congresso Brasileiro de Unificação Espírita – o tema foi o mesmo, porque o mesmo era o anseio de todos. (...). Minas Gerais compareceu representada por digna e heróica representação. Aliás, a que, juntamente com a do Rio Grande do Sul e de São Paulo, mais teve o que fazer. E a unificação é, ainda, para mineiros e paulistas, o ideal de hoje e de sempre.

Leopoldo Machado

Os estudos que tratam do espiritismo francês demonstram que os “fenômenos espíritas” que deram origem ao Kardecismo tiveram início na primeira metade do século XIX, nos salões da alta sociedade norte-americana, onde “movimentos aleatórios das mesas girantes e falantes” eram exibidos como objeto de curiosidade e de divertimento.³ Da América, tais fenômenos se expandiram e chegaram até as festas dos grandes salões europeus. Para alguns, esses fenômenos também se tornaram um divertimento, mas para outros, foram considerados “paranormais”, por isso, logo se transformaram em objeto de estudo. Esse foi o caso do francês Hippolyte Leon Denizard Rivail, que, ao pesquisar tais fenômenos, criou uma teoria considerada científica, filosófica e religiosa: o espiritismo. Ao publicar seus livros adotou o pseudônimo de Allan Kardec.⁴

Já na segunda metade do século XIX, da França, esse movimento chegou até o Brasil, onde se disseminou de forma vertiginosa. Ao se fazer um balanço bibliográfico a respeito desse assunto, logo se constata que, aqui, os debates acerca desta temática há tempos vêm sendo realizados por várias áreas do conhecimento: a Antropologia e a Sociologia,⁵ por exemplo, já desenvolveram importantes investigações referentes a essa prática religiosa, analisando-a a luz de suas reflexões teóricas. A História – na maioria das vezes, dialogando com essas áreas – também tem lançado seu olhar para essa temática, procurando compreendê-la, sobretudo, a partir das suas práticas e representações.⁶

A partir da análise das pesquisas que abordam esta temática, pode-se concluir que foi um pequeno grupo formado, sobretudo, por imigrantes franceses – que ainda se mantinham ligados ao seu país e viviam sob a influência das principais correntes científicas migradas da Europa⁷ – que introduziu a doutrina no Rio de Janeiro. De acordo com Santos,

(...) [os livros, as ideias e] as práticas do espiritismo chegaram da França ao Brasil fazendo o mesmo caminho que já tinha servido para aqui disseminar as mesas girantes, das quais no país já se dava notícia em 1853. [Mas,] o interesse pelo espiritismo foi além das mesas girantes e tampouco ficou restrito aos membros da colônia francesa (...) difundindo-se por setores das elites do país, notadamente, na capital do Império e na Bahia.⁸

Na Bahia, o movimento espírita teve tal desenvoltura que em pouco tempo provocou a ira da igreja local. No entanto – enquanto essas leituras se disseminavam no estado baiano, provocando ardentes conflitos com os clérigos –, na capital federal, a euforia e o modismo arrefeciam-se. Porém, anos depois, por volta de 1870, ressurgia no Rio de Janeiro o interesse pelo espiritismo. Desta vez, essa crença religiosa voltava com força e dinamismo total.

Com o tempo, essa doutrina foi se alastrando para o resto do Brasil, propagando-se, principalmente, na região sudeste, entranhando e mesclando-se às práticas populares. Aliás, a respeito desse assunto, muitos estudiosos já demonstraram que a predisposição cultural do país em aceitar, e até mesmo amalgamar o encontro da prática kardecista⁹ com as outras já existentes (ameríndias, africanas e europeias que também evocavam “entidades”) facilitou a popularização e a disseminação dos “grupos familiares”¹⁰ e dos centros espíritas pelo país afora. Esses grupos ou centros, normalmente, surgiam de iniciativas de indivíduos que, de acordo com a herança e com a miscigenação cultural que apresentavam, optavam por certa “linha doutrinária”¹¹ (o que não impedia da adoção de outras, ou do sincretismo entre elas), adotavam suas normas de conduta, seus métodos, seus estatutos. Enfim, constituíam-se e difundiam-se como uma sociedade civil adequadamente legalizada.¹²

Deste modo, em função da autonomia que possuíam, apesar das muitas semelhanças, cada centro definia seu funcionamento, sua prioridade de trabalho. Diante das várias modalidades da prática espírita, o que se sabe é que – por serem multifacetadas, plurais e dinâmicas – a adoção, ou a rejeição de uma ou de outra prática, contribuiu para o surgimento de divergências e disputa de poder dentro do incipiente e disforme movimento espírita brasileiro.

No final do século XIX, enquanto essa prática se disseminava entre os grupos populares, paralelamente, disseminava-se também nos espaços intelectualizados da sociedade carioca. Em pouco tempo, indivíduos pertencentes à classe social de destaque (profissionais liberais, maçons,¹³

militares, políticos) passaram a se dedicar às leituras dos livros de Kardec e às práticas espíritas. Compunha-se, nesse espaço, uma pequena elite fundadora do espiritismo no Brasil, formada por pessoas que ocupavam “posições relativamente privilegiadas, o que garantia aos grupos de que eles participavam a possibilidade de se beneficiar de recursos, conhecimentos e redes de relações, valiosos em determinadas circunstâncias”.¹⁴

A disseminação destes estudos e práticas dentro desse grupo social deu origem aos primeiros centros de renome na capital federal. Em 1873, por exemplo, surgia o *Grupo Confúcio* que, dentre outras atribuições, foi o responsável pela tradução de algumas obras de Allan Kardec no Brasil. Da dissidência deste

grupo, em 1876, surgiu a *Sociedade de Estudos Espíritas Deus, Cristo e Caridade*. A partir deste ano, em função das divergências nas maneiras de praticarem e conceberem a nova doutrina, esses grupos foram se dividindo, às vezes, deixando de existir ou dando origem a vários outros grupos.¹⁵ Em 1884 foi criada a *Federação Espírita Brasileira*.

Segundo Damazio, já neste momento, começava a se delinear claras diferenças no modo de conceber a doutrina, vindo a constituir basicamente duas correntes dentro desse movimento: “científicos” e “místicos”. Os científicos, assim como o próprio nome afirma, defendiam a cientificidade da doutrina. Já os místicos, recebiam esse nome em função da sua opção em privilegiar a parte cristã e evangélica da doutrina. Por sua vez, esses se subdividiam em Kardecistas e Rustanistas, por optarem respectivamente ou pelo evangelho espíritas segundo Kardec, ou pelas interpretações de Roustaing. Segundo Damazio, essa querela interna perdurou por longos anos dentro desse movimento.¹⁶

Divergências internas à parte, em geral os grupos espíritas vivenciavam os ataques de seus opositores: tanto o clero como alguns intelectuais se indisputavam com o espiritismo por ele arrogar para sua doutrina o *status* de “religião cristã” e de “ciência”. Assim como ocorria na Bahia, também no Rio de Janeiro estouraram alguns conflitos dentro do recém-criado movimento espírita carioca, sobretudo, com a igreja católica – até então considerada religião oficial do país e que, por isso alegava professar o “verdadeiro cristianismo”. Enfim, o quadro apresentado pelo movimento espírita brasileiro, na segunda metade do século XIX, era bastante conturbado, composto de conflitos, disputas de poder e lutas de representação tanto entre espíritas quanto entre esses e os católicos. Esses conflitos ocorriam não só na capital federal, mas, de modo geral, em todo o Brasil.¹⁷ Assim, diante desse cenário, como pensar na “unificação do movimento”? Ou melhor, como pensar na homogeneização e na padronização das práticas espíritas nesse campo que, além das divergências internas, ainda tinha contra si a oposição do clero, de alguns cientistas e da justiça? Enfim, como liderar um movimento dessa natureza?

Tendo em vista esse panorama, certamente, tornava-se tarefa complexa para qualquer instituição ter como meta a “unificação do espiritismo” no Brasil. Mas foi justamente isso o que propôs várias instituições, entre elas, a *Federação Espírita Brasileira* – fundada em 1884, no Rio de Janeiro. Porém, no que diz respeito a *FEB*, de acordo com Giumbelli, quando essa instituição foi criada, apresentou como finalidade apenas divulgar o espiritismo e, para isso, contou com o jornal *Reformador*.¹⁸

No entanto, a sua criação foi apontada por vários estudiosos como “um esforço no sentido da articulação entre os grupos então existentes no Rio de

Janeiro, como se sua principal razão de existência fosse a de assumir, diante deles, uma função de representação”¹⁹. Discordando dessa teoria, em sua pesquisa Giumbelli concluiu que, a princípio, de “federativo” e de “brasileira” esta possuía somente o nome visto que, em seus primeiros anos de vida, sua função restringiu-se a servir de meio propagador da doutrina. Tempos depois é que, realmente, a *FEB* passou a lutar para se tornar uma instituição respeitada e reconhecida como liderança, vindo a reivindicar para si o papel de “órgão representativo” do recém-criado “movimento espírita carioca”.

Para Giumbelli, a compreensão dessa mudança de postura da *FEB*, necessariamente, passa pela questão da legitimação da sua doutrina no solo brasileiro. Isto significa dizer que quando o espiritismo começou a se desenvolver no Brasil, logo pretendeu se afirmar como doutrina religiosa e científica. Daí, ao tentar legitimar-se como ciência, obviamente, teve que enfrentar as resistências de alguns intelectuais, entre eles, médicos, juristas e jornalistas. Estes, assim como os clérigos, também associavam o espiritismo às práticas religiosas populares, portanto, defendiam que os cultos espíritas se incluíam no rol das “práticas mágicas”. Essas perseguições se intensificaram, de fato, a partir do ano de 1890, quando foi implantado o Código Penal, que, dentre outras finalidades, teve como objetivo repreender certas práticas culturais por meio dos artigos 156, 157 e 158. Estes artigos, de forma geral, condenavam o “exercício ilegal” das curas consideradas “mágicas”, as quais, segundo o Código, atentavam contra a saúde pública da sociedade brasileira.

Foi a partir deste momento, que a *FEB* – dirigida ora por militares, ora por médicos e advogados de renome da sociedade carioca²⁰ – utilizou-se de seu prestígio frente às autoridades policiais e passou a alegar que seu intuito era também o de proteger e defender os espíritas. Assim, passou a orientar e a prestar serviços legais aos adeptos que sofriam perseguições judiciais. Desta maneira, passou a assumir não só a função de propagadora da doutrina, mas também, passou a tomar para si o papel de representante do movimento espírita carioca. Em pouco tempo, já arrogava o papel de liderança do movimento nacional.

Objetivando defender os espíritas das acusações de curandeirismo, charlatanismo, dentre outros crimes prescritos no novo Código, líderes do movimento – principalmente ligados à *FEB* – reagiram, contestando as leis impostas. A partir daí, como argumentos de defesas, tentaram distinguir suas práticas das “práticas mágicas”, as quais desqualificavam também as considerando como “magia”, “feitiçaria”, etc. Embora reconhecessem algumas semelhanças entre suas práticas com essas outras, argumentavam que o espiritismo diferenciava-se delas pelo “rigor científico” utilizado em suas experiências, o que garantia sua distinção e o afastamento das “calúnias” e “difamações” sobre “ocultismo” e “magia

negra”.

Respaldoando-se em Bourdieu,²¹ pode-se compreender esta ação da *FEB* – em pretender, através de seu discurso, controlar um saber popular para, daí, transformá-lo numa “prática científica” – como uma forma de obter um poder simbólico sobre as mesmas. Nesse sentido, pode-se entrever também neste recurso uma forma eficaz para transformar uma prática cultural em um discurso. Discursos que – na disputa para se ter o poder de controlar a “verdade” – vão gerar conflitos doutrinários, daí, ocorrerem lutas e disputas de poder, tanto com as outras religiões, (disputando-se espaço dentro do campo religioso brasileiro em nome da difusão e imposição de suas “verdades”); quanto dentro do próprio campo espírita (numa disputa pela normatização das práticas e pela liderança do movimento).

Ainda no que diz respeito ao empenho da *FEB* para legalizar sua doutrina por meio da distinção da prática espírita em relação às práticas mágicas, Giumbelli concluiu que essas alegações utilizadas não configuraram em nenhuma mudança do Código Penal. Por isso, percebendo sua atitude inócua, esses líderes espíritas adotaram outra estratégia para tentarem obter do poder judiciário – e toda a sociedade brasileira – o reconhecimento e a legitimidade de sua doutrina. Buscando novos caminhos, perceberam que, a partir desse Código, ficava explícito uma “incompatibilidade entre a condenação ao ‘espiritismo’ e a promoção da liberdade de consciência e de crença que faziam parte da plataforma republicana que constavam do projeto de Constituição então em avaliação”.²² Deste modo, a partir de um novo discurso, as lideranças da *FEB* passaram a argumentar que, acima de tudo, a verdadeira identidade do espiritismo se encontrava em seu aspecto doutrinário. Enfim, procuraram mostrar que o Código Penal – ao perseguir os fiéis espíritas – estava não só sendo incoerente com a proposta da Constituição, promulgada em 1891, como também estava desrespeitando o direito e a liberdade dos cidadãos brasileiros em escolherem e praticarem suas crenças religiosas. Assim, a mudança no discurso da *FEB* estava diretamente relacionada à implantação do novo Código, pois:

(...) a reivindicação do caráter ‘religioso’ da ‘doutrina espírita’ representava a escolha de uma via de legitimação bem fundada. Isto é, não se tratava apenas de uma forma possível de definir um conjunto de concepções e práticas oportunizadas pelo seu sistema conceitual, mas de uma interpretação que poderia ser aceita por aqueles a quem cabia julgá-las.²³

Foi diante desses acontecimentos (ou seja, a partir do momento em que começou a lutar pela aceitação e legalização da sua doutrina) que a *FEB* passou, simultaneamente, a reivindicar também o papel de liderança do movimento emer-

gente. Daí, passou a cobrar a filiação de todas as instituições espíritas: fosse da capital federal ou de outros estados. Aliás, em se tratando dos outros estados, a *FEB* começou a incentivar a criação das Federações Estaduais²⁴ para que essas, filiadas a ela, também contassem com a filiação dos centros espíritas espalhados em seus estados. Assim, estes centros estariam ligados a *FEB* por meio dessas representantes estaduais. Desta forma, a *FEB* passou a afirmar que, somente deste modo ocorreria total organização do movimento, visto que assim ela poderia dar aos adeptos da doutrina, a assistência judicial necessária em casos de impetração de processos criminais.

Em síntese, foi esse modelo de “unificação” (baseado na filiação dos centros a uma instituição estadual e essa, por sua vez a ela) que a *FEB* passou a defender. Em outras palavras, foi nesse momento que a *FEB* começou a por em prática um discurso em prol da “unificação da família espírita”. A justificativa era simples: uma vez que essa “família” se unisse sob a sua égide – vindo a normatizar e uniformizar suas práticas espíritas – evitariam que os espíritas sofressem com processos na justiça.²⁵ Mas, caso fossem processados, se filiados a *FEB* (ou a uma instituição federativa estadual), poderiam contar com a proteção destas instituições para se livrarem desses processos e professarem em paz sua doutrina.

No entanto, além dessa justificativa, existe outra possibilidade de análise quanto à atitude da *FEB* em querer tomar para si o papel de representante do movimento: mais do que querer defender os fiéis espíritas das perseguições do novo Código, estava em jogo saber aproveitar as circunstâncias desse momento para minar a pretensão de outras instituições que, assim como ela, ao nascerem, pretendiam também disputar a representação do movimento espírita.²⁶ Na verdade, sobretudo a partir de 1900, os conflitos entre a *FEB* e os vários grupos existentes, passaram a ser constantes, vindo a gerar acirradas disputas, não só dentro do campo espírita carioca, mas, dentro de todo o campo espírita brasileiro.

Como já aludido, ao se propor a defender e a representar o movimento nacional, também estava entre as prioridades da *FEB* impor uma normatização da prática mediúnica e doutrinária. Desta forma, passou a apresentar-se como “instituição modelo”, pregando em seu discurso a necessidade dos centros espíritas ou das Federações Estaduais não só a ela filiarem-se, mas também, realizarem, preferencialmente, as mesmas atividades e os mesmos procedimentos adotados por ela. Em síntese, por meio de lutas de representação, a *FEB* tentava normatizar, disciplinar e distinguir suas práticas daquelas populares, consideradas “mágicas”, ou que se aproximassem de algum ritual católico. Assim, não só tentava controlar o movimento, como, acima de tudo, impunha-se a ele como sendo a única instituição legítima capaz de representá-lo.

Ao analisar esse assunto, Santos afirmou que essa proposta da *FEB*, de se tornar a “representante” do espiritismo brasileiro, tratava-se de um projeto ambicioso, então, para levá-lo à frente,

(...) [essa instituição necessitou] definir qual o modelo de representação do espiritismo [pretendia encampar]. Isso foi feito num encontro do movimento espírita do Rio de Janeiro realizado no começo de 1889. Decidiu-se que o espiritismo brasileiro seria organizado numa base federativa, como, aliás, o nome da *FEB* sugeria.²⁷

Entretanto, o primeiro passo um pouco mais efetivo, com vista a atingir esse objetivo, foi dado com a elaboração de um documento assinado durante uma assembléia, ocorrida no ano de 1904, entre a *FEB* e algumas agremiações estaduais. Este documento – intitulado *Bases de Organização Espírita* – se apresenta como um marco dessa tentativa porque não só visava à adesão das instituições existentes, como incentivava a criação de outras instituições estaduais também com funções representativas. Porém, segundo Guimbelli, de modo geral, esse documento não surtiu um efeito muito significativo, pois não conseguiu mobilizar e ampliar, em grande escala, o número de instituições a ela filiadas. Por esse motivo, a *FEB* prosseguiu sua empreitada de tentar “unificar” o movimento, isto é, continuou cobrando das instituições a adesão e o reconhecimento de seu papel de líder do movimento espírita brasileiro.

Ao longo dos anos, a *FEB* efetuou diversas mudanças em seus estatutos a fim de garantir a tão sonhada “filiação” das instituições espíritas espalhadas pelo país. No entanto, a resistência e o aparente descaso por parte dessas instituições incomodavam a diretoria da *FEB*, que se queixava, alegando que, para muitas instituições, essas adesões não passavam de uma mera formalidade. Assim, reclamava do descumprimento das normas estipuladas, lamentando a indisciplina e as “aberrações” no que dizia respeito às orientações doutrinárias postas em práticas por muitas das instituições que a ela eram filiadas.

Se a ideia da *FEB* era que os estados criassem suas Federações para facilitar a organização e a estruturação do movimento espírita brasileiro (da qual ela queria ser líder, respeitada e reconhecida no interior deste como a *Casa Mater*), certamente, isso não foi uma tarefa fácil. Apesar de seu discurso – e também, de todo o seu empenho, durante, praticamente, toda a primeira metade do século XX –, algumas federações estaduais apresentaram muito mais do que uma mera resistência a sua pretensão. Na verdade, muitas negarem-lhe a filiação. Mais do que isso, muitas se indispuseram com a *FEB*: fosse por conta de divergências nas questões doutrinárias, fosse quanto à maneira da *FEB* conduzir o movimento, discordando de sua intenção de querer assumir, sozinha, o papel de liderança.

Entretanto, na contramão desses acontecimentos, existiam também aquelas Federações Estaduais que não só eram suas filiadas, mas, sobretudo, respeitavam a *FEB* e ainda, cobravam de outras Federações “co-irmãs” um comportamento de obediência em relação a “casa mater”. Esse, pelo menos, foi o caso da *Federação Espírita Mineira*, fundada em Belo Horizonte, MG, em junho de 1908. Nesta época, tal era sua fidelidade e reconhecimento quanto ao papel da *FEB*, que, inclusive, acatando a sugestão desta, veio a mudar seu nome em outubro desse mesmo ano: de *Federação* passou a se chamar *União Espírita Mineira*. Na análise da documentação, é possível observar que, nos primeiros anos do século XX, a *União Mineira* prezou três princípios básicos: sua fidelidade à *FEB*; a busca pelo reconhecimento de sua liderança dentro do movimento espírita mineiro; e a busca pelo reconhecimento de sua “conduta modelar” perante o movimento nacional.

Ainda no que se refere aos conflitos dentro do campo espírita brasileiro, o que se podia perceber era que, a partir das décadas de 1920 e 1930, esse movimento religioso já não vivenciava atritos ferrenhos entre “místicos” e “científicos”. Isto porque, nessa época, vinha se consolidando nesse imaginário religioso a ideia de que “não se tratava de negar que o espiritismo deixara de ser uma ‘ciência’, mas que, no Brasil, o mais propício era que ele se desenvolvesse como uma ‘religião’ “. ²⁸ Entretanto, por outro lado, as disputas de poder pela liderança do movimento estavam cada vez mais explícitas. ²⁹ Enfim, tudo indica que, nessa época, existia no Brasil um campo espírita bem consolidado. Aliás, considerando que o campo, conforme a concepção de Bourdieu, ³⁰ é o espaço onde os indivíduos e as instituições se enfrentam e se impõem em busca de uma melhor posição dentro da estrutura de poder, o que esperar senão lutas e disputas dentro do campo espírita que se formava no país? Disputas que, por um lado, procuravam modificar a estrutura deste campo, por outro, procuravam mantê-lo.

Deste modo, neste momento, o que se via no campo espírita brasileiro era a composição de grupos que, por se oporem à *FEB* – ou, se oporem às instituições estaduais federativas filiadas a ela – procuraram criar outras instituições com o intuito de que essas viessem a concorrer pelo controle do movimento nacional. Inclusive, foi como uma oposição que surgiu no Rio de Janeiro, em 1926, a *Liga Espírita do Brasil*, fundada com o mesmo fim que a *FEB*. A justificativa para a sua criação fundamentou-se na alegação de que *FEB* adotava equivocadamente as obras de Roustaing, sendo que a recomendação dessa *Liga* era que se fizesse uso exclusivo das obras de Kardec. ³¹

Segundo Giumbelli, essa *Liga* nasceu da iniciativa de um grupo de representantes de instituições não filiadas e opositoras à *FEB*, que se reuniu no Rio de

Janeiro e realizou uma *Constituinte Nacional*. Daí, nasceu

(...) [essa] entidade de caráter federativo à qual poderiam se filiar instituições de âmbito municipal e estadual. A FEB mesmo convidada [para participar desse encontro], não se fez representar e justifica sua ausência pela impossibilidade de colaborar ‘na execução de uma obra que é de natureza semelhante a que ela vem de longe procurando efetuar’³²

Para Santos, outro motivo alegado pelos opositores da *FEB* para a realização dessa *Constituinte* foi a sua insatisfação quanto à falta de ação dessa instituição

(...) quando da reforma parcial da Constituição, ocorrida no ano anterior, ocasião em que uma corrente clerical do poder legislativo havia apresentado emendas favoráveis à Igreja Católica, dispendo sobre o ensino religioso nas escolas e a definição do catolicismo como religião do povo brasileiro. A FEB foi acusada de omissão, e a oposição espírita às emendas que não foram aprovadas, ficou por conta de iniciativas individuais.³³

Como reação à realização desse encontro que ficou conhecido como *Constituinte Nacional*, a *FEB* convocou, nesse mesmo ano, uma reunião do seu *Conselho Federativo*. Este era formado pelos representantes das associações filiadas (geralmente, residentes na capital federal) e tinha como objetivo discutir o *Regulamento de Adesão*³⁴ – documento que havia sido definido pela sua diretoria para normatizar a filiação das entidades. O resultado apresentado nesse *Conselho* pareceu satisfatório para a *FEB*, uma vez que essa havia conseguido triplicar o número de entidades filiadas: de 23, por volta de 1920, passou para 72, no ano de 1925. No ano de 1941, esse número pulou para 330 filiadas. Dessas, 162 eram agremiações diretamente filiadas e 168 estavam ligados por intermédio de suas instituições estaduais.³⁵

A despeito desses números, a discordância quanto à “estrutura” do campo religioso espírita proposto pela *FEB* ficou mais explícita na década de 1940. Nesse momento, as instituições representativas do movimento de São Paulo (*A Federação Espírita do Estado SP*, a *Liga Espírita SP* e a *União Espírita Federativa Paulista*), e que, portanto, disputavam entre si a liderança dentro do estado, uniram-se e fundaram a *USE*. Ou melhor, fundaram a *União Social Espírita* (órgão composto pela participação de cada uma das três instituições federadas do estado). Uma vez formada, a *USE* conclamou aos centros do seu estado para reproduzirem

(...) [esse] modelo federativo em escala municipal, formando

(...) Uniões Municipais Espíritas, as UMEs. Mais de 550 instituições de todo o Estado aderiram e muitas UMEs começaram a ser estabelecidas. (...). Montada essa estrutura, tratou a liderança espírita paulista de convencer outros estados sobre suas vantagens. Esses propósitos foram definidos em 1947 no Primeiro Congresso Espírita do Estado de São Paulo, que, visando a ‘dinamização da unificação dos demais Estados’, decidiu convocar um Congresso Espírita Centro-Sulino, realizado na capital paulista em 1948, com representantes de 15 Estados.³⁶

Assim, foi nesse Congresso – realizado entre os dias 31 de outubro a 3 de novembro de 1948 – que surgiu a “proposta conciliadora” para se efetuar a tão decantada “unificação” do movimento espírita nacional. A respeito desse congresso, Leopoldo Machado³⁷ – um paladino dentro do movimento espírita da época – afirmou que, enquanto as instituições federativas de Minas Gerais (que era filiada à *FEB*), do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, mandaram representantes próprios; outros estados, que também aderiram ao encontro, fizeram-se representar por meio de pessoas que lá estavam presentes.³⁸

Machado exemplificou, dizendo que ele próprio representou vários estados do norte do país. Em virtude de um número significativo de representados, esse congresso – que, a princípio, tinha como proposta ser regional – acabou sendo considerado como nacional, passando então, a se denominar *Congresso Brasileiro de Unificação Espírita*.

Apesar de ter sido concebido pelos participantes como um “congresso nacional”, a *FEB* se recusou dele participar, portanto, tratou-se de um congresso que não contou com o aval daquela que arrogava para si o papel de representante do movimento espírita brasileiro. A despeito disso, Machado alegou que a discussão que prevaleceu neste congresso teve como eixo central a “unificação direcional do espiritismo”. Enfim, as pistas deixadas na documentação levam a crer que as teses apresentadas e discutidas visaram – ao menos teoricamente – buscar soluções para as constantes brigas existentes dentro deste campo de forças. Ou seja, procuravam apontar caminhos para que houvesse conciliação e tomada de rumo dentro do movimento espírita brasileiro.³⁹

No que se refere à participação da *União Espírita Mineira* nesse congresso, segundo os dados informados nas atas de sua diretoria,⁴⁰ consta que, apesar da *FEB* ter enviado um telegrama à *União Mineira*, prometendo punição caso ela aderisse àquele certame, o presidente da *União*, Camilo Chaves, teria esclarecido os motivos pelos quais sua instituição participaria do congresso. Não foram citados, nesta documentação, quais teriam sido esses motivos. Mas, independente disso, o que se pode concluir é que, nesse momento, a *União* – que até

então fazia questão de demonstrar sua subserviência à *FEB* – passou a assumir outra postura.⁴¹ Assim, como delegados da *União Mineira*, foram a este congresso, o próprio presidente da casa, Camilo Chaves, o vice, Bady Curi e o presidente do *Conselho Deliberativo* da *União*, Noraldino Castro.⁴²

É interessante assinalar que, na edição de 31 de dezembro de 1948, *O Espírita Mineiro* publicou longa matéria assinada por Leopoldo Machado, informando as deliberações do congresso. Ao relatar sobre as delegações presentes, Machado não mediu seus elogios quanto à participação de alguns confrades que teriam tido “espírito de combatividade em prol da harmonia e unificação que ali se concertavam”. Entre esses, citou os nomes de Noraldino Castro e Bady Curi. Ressaltou também que a presidência daquele evento havia sido entregue “a Minas Gerais, na respeitável figura do venerando Dr. Camilo Chaves”.⁴³ Há de se supor que o título de ex-senador, ostentado por Chaves,⁴⁴ pode ter contribuído para que ele – como um “ilustre” representante das delegações presentes – fosse nomeado presidente do congresso.

Obviamente que, nesta edição, *O Espírita Mineiro* publicou na íntegra as duas teses que a *União Mineira* apresentou no congresso como sendo as “Indicações Mineiras”: uma delas tratava-se da proposta, feita por Chaves, sobre a criação de uma Universidade, com um sistema educacional completamente voltado para a juventude espírita. Já a outra tese, tendo como proponente Noraldino Castro, referia-se justamente à criação de uma *Confederação Nacional do Espiritismo*, propondo que:

(...). Indicamos que o Congresso Nacional Espírita, ora reunido em São Paulo, promova, por intermédio de uma comissão de três membros, entendimentos com as Uniões e Federações Espíritas dos Estados do Brasil e da Capital da República, no sentido de se concertar a forma da unificação direcional do Espiritismo, observadas as seguintes condições principais:

(...) 2º – Organização do Conselho diretor da Confederação Nacional do Espiritismo, que presida, oriente e dirija o movimento espírita no Brasil, à qual se filiarão e prestarão assistência as Uniões ou Federações estaduais.

3º – O Conselho da Confederação Nacional do Espiritismo será eleito pelas Uniões ou federações filiadas pelo prazo de cinco anos, composto de cinco membros, com exercício na capital da República. (...).

5º – As Uniões ou Federações estaduais será assegurada a direção do Espiritismo nos respectivos Estados e a elas deverão filiar-se as sociedades, centros, ligas espíritas de sua jurisdição. (...).

7º – Realizado seu objetivo, a comissão indicada dará conhe-

cimento de suas conclusões aos membros deste Congresso e sugerirá a conveniência e oportunidade da convocação de um Segundo Congresso Nacional Espírita para o fim de regulamentar a Confederação Espírita Brasileira e eleger o seu primeiro Conselho Diretor.

8º – Com a aprovação dos membros deste Congresso e demais sociedades federadas, que estejam de acordo, a citada Comissão convocará o Segundo Congresso Nacional Espírita para a Unificação do Espiritismo no Brasil. Esta indicação está condicionada ao pensamento da União Espírita Mineira, sem pretensão a imposição de ideias ou programas. Ela aceita e coopera com qualquer outro programa que mais se coaduna com os interesses superiores da Doutrina. O que mais almeja é contribuir para a Unidade Direcional do Espiritismo no Brasil.⁴⁵

Como se pode observar, nesta tese, Castro, em nome da *União Mineira*, propunha que a partir daquele congresso surgisse uma comissão capaz de promover o entendimento das instituições federativas existentes, além de organizar e marcar um novo congresso. Neste “2º Congresso Nacional”, a *União Mineira* propunha que fosse formada uma *Confederação Nacional do Espiritismo*, constituída de um *Conselho Diretor* (formado por 5 membros, eleitos pelas instituições federativas). Diante dessa proposta, percebe-se que o objetivo desta tese era claro: ao propor uma mudança na estrutura do campo espírita nacional, de acordo com esta tese, seria este conselho que passaria a dirigir e a liderar os rumos do movimento espírita no Brasil, independente de alguma instituição federativa já existente. Assim, é possível supor que a ideia era a de que esse Conselho deveria ficar acima de qualquer instituição.

No entanto, ao sugerir que se criasse um novo órgão representativo do espiritismo no país, a *União Mineira* – embora fosse filiada à *FEB* – no mínimo, estava sendo conivente com o “não reconhecimento” da autoridade desta instituição (e do seu já constituído *Conselho Federativo*) quanto ao papel que esta reivindicava para si. Ou seja, ele propunha que esse papel viesse a ser assumido por outro órgão, certamente, mais heterogêneo, composto por um maior número de líderes espíritas, representantes de todo o país. Tendo em vista tal proposta, é possível crer que a *União* estava propondo, de certa forma, um rompimento com a ideia de “liderança” da *FEB*.

Essa postura da *União Mineira* – contrariando a reverência adotada pelos seus antigos líderes –, levou alguns membros da casa a reclamarem da direção, inclusive, alertando que aquela participação (e a apresentação da tese) teria soado como uma afronta à *FEB*⁴⁶. Segundo os reclamantes, esta instituição teria assumido uma postura de desrespeito contra àquela que até então era reconheci-

da como a *Casa Mater* do espiritismo brasileiro. Embora a direção da *União* tenha negado tal postura de afronta, esta direção não contou com o apoio unânime dos espíritas mineiros quanto a sua participação no congresso de 1948. E, certamente, foi como “traição” que a *FEB* interpretou estes fatos, haja vista que, demonstrando-se ressentida, passou a comunicar aos centros espíritas mineiros o desligamento da *União Mineira* de sua instituição.⁴⁷ (Situação que durou até novembro do ano seguinte, quando, após um acordo assinado entre as lideranças nacionais, denominado *Pacto Áureo*, e que será discutido a seguir, a *União* voltou a afirmar sua adesão à *FEB*).

Entretanto, a despeito desta postura, tudo indica que a *União Mineira* parecia se preocupar em transmitir à *FEB* uma outra impressão, pois, é no mínimo intrigante, o fato do jornal *O Espírita Mineiro* ter informado que, durante o congresso em São Paulo, em 1948, o presidente da *União* teve a iniciativa de enviar um telegrama cumprimentando à *FEB*, em nome da presidência do congresso, inclusive, referindo-se a ela como sendo a “veterana Organização Espírita Nacional”. Talvez isso demonstrasse a necessidade de não romper abertamente, mas buscar uma aceitação dessa instituição com o que estava sendo proposto e deliberado naquele congresso. Ou seja, é provável que fosse pretensão da *União* – e, talvez, também de outros congressistas – que a *FEB* se conciliasse com as demais instituições e aceitasse a possibilidade de não ser reconhecida como a única líder do movimento nacional.

Na verdade, essa atitude de Camilo Chaves – e do congresso – lembrava uma atitude atribuída ao *habitus*,⁴⁸ principalmente, dos políticos mineiros: buscar o consenso, a conciliação entre os grupos adversários.⁴⁹ Deste modo, pretendesse assinalar que Chaves, como ex-senador que era, parecia querer transmitir uma impressão: estava pondo em prática algumas de suas possíveis “habilidades”, seu *habitus*, que o levava a buscar e a propor a conciliação com aquela que se opunha à realização desse congresso.

Em relação à proposta da tese anunciada acima, a *União Mineira* alegava que era sua intenção apenas apresentar uma solução que pudesse por fim aos conflitos vivenciados dentro do movimento espírita, ou seja, que seu intuito era “contribuir para a Unidade Direcional do Espiritismo no Brasil”. Tendo em vista que esta proposta parecia implicar no rompimento com a ideia de “liderança” da *FEB*, o que se pode vislumbrar quanto às possíveis intenções da *União Mineira* com a apresentação dessa tese? O que de fato estaria em jogo? Somente a *União* fez proposta de se criar um órgão que visasse à representação nacional do movimento?

A análise da documentação demonstra que as instituições que tiveram uma maior participação neste congresso – fossem na proposição de teses, fossem na

intervenção na tomada de decisão – foram: a *União das Sociedades Espíritas de São Paulo* (que, aliás, foi à proponente do congresso), a *Federação Espírita do Rio Grande do Sul*, a *Federação Espírita do Paraná*, a *Federação Espírita de Santa Catarina* e a *União Espírita Mineira*. Além das teses apresentadas pela *União*, o jornal *O Espírita Mineiro* não apresentou, na íntegra, as demais teses, apenas fez comentários gerais sobre as mesmas. Desta forma, a partir desses comentários (e, também, a partir de um *Manifesto* redigido neste congresso) é possível ter uma noção a respeito do que propunham as outras instituições. No entanto, não é possível afirmar se foi somente a *União* quem propôs a criação de um órgão que viesse a assumir a representação do movimento ou se outras instituições também fizeram sugestões semelhantes.

Ao certo, o que se sabe é que Noraldino Castro (como já informado, era, na época, o presidente do *Conselho Deliberativo* da *União*, além de ser o autor da tese proposta pela *União*) em um discurso para as eleições do biênio 1951-1952 (quando concorria ao cargo de presidente de sua instituição), relembrou aos seus “correligionários” sobre o papel da *União Mineira* neste congresso, daí, afirmou que sua tese “logrou aprovação, parte como sugestão, parte como resolução, graças a nossa interferência na Comissão de teses e disso resultou um ano depois o Pacto Áureo”.⁵⁰ Essa afirmação chama a atenção, pois, como será demonstrado, esse “pacto” entrou para a história do espiritismo como sendo o acordo que promoveu a paz e a “unificação de vistas” do espiritismo brasileiro. Isto é, aquele que “salvou” e que deu rumo ao movimento, pondo fim aos conflitos vivenciados no interior deste.

Embora Castro não tenha detalhado, em seu discurso, em que medida sua tese teria contribuído para essa negociação, subentende-se que sua intenção era demonstrar que o novo *Conselho Federativo* (que veio a se formar como resultado deste acordo) teria sido fruto da sua contribuição. Deste modo, pode-se observar que em seu discurso, Castro parecia transmitir a impressão de que a participação da *União Mineira*, neste congresso, foi fundamental para solucionar os problemas do movimento. Nesta perspectiva, é provável que a interpretação pretendida fosse justamente essa: sua tese, ao propor a criação de um outro órgão (sugestão que, de certa forma, foi acatada), acalmou e conciliou os interesses divergentes e, assim, apontou “os rumos da política espírita brasileira”.

Essa possibilidade de análise também sinaliza outra observação: sendo ou não, a *União Mineira* a única instituição a propor a criação de outro órgão, a questão é que, durante o congresso, possivelmente, estava em jogo empreender uma luta de representação com as demais instituições presentes e, assim, “demonstrar” qual o papel que lhe cabia naquele congresso.

Habitava o imaginário mineiro da época, algumas *representações da mi-*

neiridade,⁵¹ entre elas, a de que os políticos deste estado tinham a “vocação” para liderar os rumos da política nacional. Inclusive, segundo Arruda, “Entre os elementos formadores da constelação mítica de Minas encontra-se a ideia de que os mineiros são portadores da missão de promover a unidade nacional”.⁵² Considerando tal análise – e, também, as possíveis intenções presentes no discurso de Noraldino Castro – há de se indagar até que ponto essa representação não estava sendo ressignificada por esse líder espírita da *União Mineira*? Questiona-se isso porque, ao longo da década de 1950,⁵³ essa instituição trabalhou para se apresentar como um “modelo institucional” perante as demais instituições federativas, como aquela que apontava os rumos e contribuía para o bom andamento do movimento espírita nacional. Desta maneira, é muito provável que, durante esse congresso em 1948 – ou, mesmo depois dele – fosse intenção desta instituição impor a representação de que a solução dos problemas da “família espírita brasileira” havia partido das mãos dos mineiros, em função da sua suposta capacidade de apaziguar e unificar o movimento. Daí, ser a “missão de Minas” buscar por conciliação entre as instituições conflitantes a partir da criação de um novo órgão.

Em suma, a partir da indicação desta tese – e dos discursos proferidos posteriormente – pode-se supor que a *União Mineira* possuía um interesse a mais naquele congresso: mais do que apontar uma “solução”, talvez, fosse seu interesse ser reconhecida como a instituição que teve habilidade e capital de autoridade para equilibrar e dirigir os rumos do movimento brasileiro. Essa postura, como exposto acima, também estaria acorde com o *habitus* atribuído aos políticos mineiros daquela época, daí, talvez, ter sido apropriado pelos espíritas em seu campo de atuação.

Outra questão também parecia estar em jogo: com a formação de uma comissão naquele congresso – visando, posteriormente, a organização de uma *Confederação* – a *União Mineira* poderia vislumbrar a possibilidade de ver a liderança do movimento espírita brasileiro sendo compartilhada entre aqueles congressistas. Ou melhor, poderia vislumbrar a possibilidade de obter reais mudanças na estrutura daquele campo. Neste caso, não é exagero supor que se tal comissão tivesse sido formada, muito provavelmente a *União* teria se candidatado para compor tal comissão. Portanto, a “solução” apontada pela *União Mineira* poderia ser bastante conveniente, uma vez que, ela própria poderia se habilitar para participar, fosse da comissão que viabilizaria a formação da confederação, fosse para ter um representante entre os membros do conselho dessa *Confederação*.

Enfim, a proposta dessa tese evidenciava três possibilidades quanto às intenções da *União Mineira*: 1º) minar ou enfraquecer o papel da *FEB* como

liderança do movimento; 2º) entrar para a história como a instituição que solucionou (ou, que ajudou a solucionar) os problemas do movimento espírita brasileiro no período em que ele se encontrava em crise; 3º) obter mudanças na estrutura daquele campo e, assim, vir a participar ativamente do órgão que passaria a liderar a política espírita do país.

Possibilidades à parte, o que se sabe ao certo é que, a princípio, essa comissão não foi ali formada, pois – como se verá abaixo – ficou acertado que a responsabilidade de buscar o consenso e o entendimento entre as instituições não ficaria ao encargo de uma comissão. De modo geral, conforme o *Manifesto* elaborado neste congresso, ficou determinado que:

(...) a Federação Espírita do Rio Grande do Sul, com seu passado de marcantes realizações e como mandatária, coordenasse a Unificação da Família Espírita Brasileira, dentro das normas básicas, traçadas e aprovadas em plenária:

I – Promoverá entendimento com as entidades federativas dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, no sentido de consertar a forma direcional do Espiritismo.

II – Que esses entendimentos sejam feitos em torno de organização federativas existentes, que se adapte como entidade confederativa ou federativa de âmbito nacional.

III – (...).

IV – Que as Uniões ou Federações estaduais elejam seus representantes – um por Estado, Distrito Federal ou Território – para a formação de um Conselho Confederativo ou Federativo Nacional, com sede na capital da República e mandato de cinco anos.

V – Que esse Conselho seja presidido pelo Presidente da entidade Federativa que adotar o caráter definitivo do item II, regulamente e dirija o espiritismo unificado.

Realizado o objetivo constante dos itens enumerados, a Federação Espírita do Rio Grande do Sul sugerirá a conveniência e oportunidade de um Congresso Espírita Nacional, em prazo superior a um ano para o fim de organizar o funcionamento da entidade adaptada. (...).

Ficou assentado que, sob o patrocínio do Congresso, seja fundada uma UNIVERSIDADE ESPÍRITA para ensino em todos os graus. Para o importante empreendimento foi nomeada uma comissão integrada por elementos de São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná e Santa Catarina. (...).⁵⁴

Ao se fazer a análise deste *Manifesto*, o que se pode observar sobre sua proposta? Primeiramente, ao contrário do que sugeria a *União*, em relação à

formação de uma comissão, foi escolhida uma única instituição para fazer a busca do entendimento entre as instituições conflitantes. Assim, a *Federação Espírita do Rio Grande do Sul* – e não a *União Mineira* – foi reconhecida por seu “passado de realizações”, portanto, com capital de autoridade religiosa suficiente para desenvolver o papel que lhe estava sendo atribuído: buscar acordo, equilíbrio e conciliação dentro do movimento.

Vale ressaltar uma segunda observação: neste *Manifesto*, os congressistas concordavam com a ideia proposta na tese da *União* de que, futuramente, fosse criado um *Conselho Federativo*. Mas, ao contrário do que a tese da *União Mineira* propunha quanto ao número de conselheiros, neste *Manifesto* a ideia era de que esse órgão fosse composto, não por cinco, mas por um número maior de membros, contendo um representante de cada estado.⁵⁵ Ou seja, composto por representantes das instituições federativas existentes.

Outra diferença se encontrava na ideia de que este *Conselho*, ao ser formado, viesse a girar em “torno de [uma] organização”, e não que estivesse acima de todas elas, como propunha a tese da *União Mineira*. Desta forma, esse órgão gravitaria em torno daquela “que [melhor] se adapte como entidade confederativa ou federativa de âmbito nacional”. Tudo indica que esse *Manifesto* considerava a possibilidade de que uma daquelas instituições, ali presentes, viesse a se adaptar à condição de representante do movimento espírita brasileiro. É provável que isso implicasse uma subordinação deste *Conselho* à instituição federativa escolhida, uma vez que o seu presidente seria, automaticamente, o mesmo presidente desta instituição. No entanto, o *Manifesto* sugeria certa descentralização do poder desta instituição, uma vez que este *Conselho* passaria, juntamente com esta instituição, a gerir o movimento.

Enfim, apesar da criação deste “novo” órgão, as mudanças propostas para a direção do movimento nacional não se apresentavam muito significativas, pois, o comando central deste movimento continuaria partindo da mão da instituição federativa que viesse a ser escolhida. Mas, por outro lado, não é possível afirmar que a criação desse órgão não provocaria nenhuma mudança na estrutura de poder daquele campo. É possível vislumbrar isso porque existia a possibilidade do comando sair das mãos da *FEB* para ser compartilhado com as demais instituições federativas, o que, de certa forma, provocaria uma descentralização desse campo de poder, não permitindo que este continuasse se concentrando nas mãos de uma única instituição.

Possibilidades à parte, a questão é que as indicações propostas neste *Manifesto* começaram a ganhar corpo, aproximadamente, um ano depois deste congresso de 1948. Mais especificamente, começaram a se concretizar durante a realização do 2º Congresso Pan-Americano Espírita, ocorrido no início de ou-

tubro de 1949, sediado na *Liga Espírita do Brasil*.⁵⁶ Neste 2º Congresso, era intenção daquele mesmo grupo (formado por representantes das Federações Estaduais de São Paulo, Paraná, Minas Gerais,⁵⁷

Santa Catarina, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul) apresentar uma proposta para a direção da *FEB*, a fim de convencê-la a participar deste congresso, bem como buscar um possível entendimento a respeito dos problemas quanto à estrutura de poder do movimento.

De acordo com o que havia sido previamente acordado naquele *Manifesto*, o primeiro contato ficou ao encargo da Federação gaúcha que, segundo Santos,

(...) [por sua vez,] recorreu à intermediação de Lins Vasconcelos. Empresário e político de renome, Lins de Vasconcelos era um espírita com atuação em vários Estados (...). [Após sua intermediação] os representantes das federações estaduais puderam finalmente se reunir com o presidente da FEB, e, no início de outubro de 1949, as partes celebraram um acordo a que deram o nome de Pacto Áureo. Por ele a FEB ficava no centro do processo de unificação e aceitava a instalação de um Conselho Federativo Nacional com representantes dos Estados. Estabeleceu-se também que a obra de Kardec seria a referência básica do movimento espírita. Nada se disse, porém, sobre Roustaing.⁵⁸

Desta maneira, neste 2º Congresso Pan-Americano, ficou determinada a criação de um novo *Conselho Federativo Nacional*, porém, a instituição “escolhida” para que este gravitasse ao seu redor, acabou sendo a própria *FEB*. Este órgão seria diferente

(...) do antigo Conselho Federativo da FEB, cujos participantes eram membros dos órgãos filiados a ela. Esse novo Conselho [seria formado por um representante de cada estado e] teria por atribuição específica a condução da unificação em âmbito nacional, e não se confundiria com a direção da FEB.⁵⁹

Portanto, tudo indica que a solução negociada, e encontrada, não foi o rompimento com a *FEB* – assim como sugeria a *União Mineira*. Ao contrário, o novo órgão foi formado em torno daquela que há tempos vinha lutando para manter aquele campo intacto, sem rupturas, para assim obter reconhecimento quanto a sua condição de liderança do movimento espírita brasileiro. Enfim, se o objetivo das lideranças estaduais que compunham o campo espírita brasileira – sobretudo as lideranças mineiras – era justamente promover uma modificação na sua estru-

tura, como se pode avaliar, essa mudança ocorreu, visto que os estados, por meio de um representante, passariam a participar das tomadas de decisão do movimento nacional. No entanto, se essa mudança seria muito significativa, essa é uma outra história, pois, assim como antes, a *FEB* continuou no topo do poder.

Diante desses dados, tudo indica que a *FEB* realmente tinha capital de autoridade religiosa suficiente para fazer a *Federação Espírita do Rio Grande do Sul* ir ao seu encontro em busca de um entendimento, propondo-lhe um “acordo de paz”. Porém, ao nomeá-la como instituição que coadunaria o movimento, retiraram dela a condição que até então ela reivindicava para si: ser a única liderança do movimento espírita nacional, uma vez que, ao menos teoricamente, essa liderança também caberia ao novo *Conselho Federativo*. Assim, o que se percebe é que a partir deste “pacto”, o campo espírita brasileiro acenava para a possibilidade de vivenciar certa reestruturação, visto que a proposta era de que, a partir daquele momento, a *FEB* viesse a descentralizar o seu poder sobre o movimento, passando a compartilhá-lo com as demais instituições federativas.⁶⁰

Não é intenção deste trabalho, analisar se, efetivamente, essa descentralização ocorreu ou não; se, realmente, resolveu os problemas e os conflitos ou não. Na verdade, levando-se em conta alguns indícios, acredita-se que os conflitos e, talvez, essa busca pela “harmonia” e “unificação” da “família espírita” em âmbito nacional tenha permanecido. Essa análise pode ser sugerida a partir da observação da negociação que entrou para a história do espiritismo com o nome de *Pacto Áureo*. A respeito deste *Pacto*, é interessante destacar que a impressão que ficou é que este foi um acordo firmado entre algumas instituições espíritas do país, onde a *FEB* não viu alternativa, senão, dele participar. Ou melhor, aderir, visto que o seu reconhecimento de “líder do movimento”, de certa forma, ainda poderia ficar resguardada. Entretanto, tudo indica que foi justamente essa leitura que a *FEB* tentou, *a posteriori*, evitar que se fosse feita sobre este acordo. Pelo menos foi isso que o jornal *O Espírita Mineiro*, por volta de outubro de 1958, deixou transparecer. Nesta referida edição foram republicadas várias entrevistas de Antonio Wantuil de Freitas – na época, presidente da *FEB* – concedidas a um jornal carioca. No final, foi apresentado um artigo intitulado *Pacto Áureo*, cujas primeiras palavras já deixavam claro à que vinha:

(...). Há quem insinue nos meios espíritas que a Casa de Ismael [a *FEB*], orientadora do movimento espírita em terras brasileiras desde 1884, foi forçada a aderir, em 1949, ao Pacto Áureo e (...).

A fim de que os historiadores futuros tomem conhecimento da verdade dos fatos, aqui deixamos registradas as principais

fases dos sucessos de 1949, tais como se desenrolaram.⁶¹

Após iniciadas suas explicações, em um dado momento, este artigo afirmou que quando a Federação Gaúcha (por determinação do congresso ocorrido em novembro de 1948, em São Paulo) procurou pela *FEB*, apresentou a ela a proposta de que fosse criada uma confederação da qual seria subordinada. Proposta, aliás, recusada pelo seu presidente, Wantuil de Freitas. Tempos depois (mais exatamente no início de outubro de 1949, durante o período em que ocorria o 2º Congresso Pan-Americano), ao ser procurado novamente para tratar desse assunto, Freitas teria recusado receber uma comissão formada somente por representantes paulistas e gaúchos. Porém, aceitou ouvir um grupo formado por representantes também das outras sociedades de âmbito estadual. Deste modo, esse artigo afirmou que, em 5 de outubro de 1949, na sede da *FEB* se encontraram representantes espíritas das instituições estaduais do Rio de Janeiro, de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Após algumas votações, a proposta dos congressistas paulistas, de que se criasse um *Conselho Superior* formado por apenas 3 membros foi recusada por todos que ali estavam. Então, após muitos debates é que Freitas teria

(...) [tirado] do bolso uma folha de papel datilografada e apresentou uma proposta, em nome da diretoria da FEB. Lida a proposta, todos os dezoitos itens foram unanimemente aprovados e com eles foi lavrada a Ata da Unificação, posteriormente cognominada de Ata do Pacto Áureo cujo inteiro teor pode ser lido à página 243 de ‘Reformador’ de 1949. (...).
Aí tem os nossos amigos a síntese histórica das ocorrências. A FEB não aderiu, ninguém a forçou a coisa alguma, e tais afirmativas só podem partir daqueles que não têm conhecimento dos fatos verídicos.
E desde então, a harmonia se estabeleceu em todo o meio espírita brasileiro, malgrado raras e inevitáveis vozes discordantes.⁶²

O discurso explicitado nesse artigo deixa transparecer a cumplicidade da *União Mineira* (quase dez anos depois do “pacto”⁶³) com a versão da *FEB* quanto aos possíveis fatos ocorridos durante a assinatura daquele acordo. Essa versão destaca o papel da *FEB* como aquela instituição que não só apresentou a melhor proposta na negociação daquele “pacto”, mas, sobretudo, como aquela cuja proposta apresentada prevaleceu e possibilitou o acordo que trouxe “a harmonia para o meio espírita”.⁶⁴

Assim, uma década depois de ter apresentado uma tese sugerindo certo rompimento com a ideia de liderança da *FEB* (durante o congresso de São Paulo,

em 1948), a *União Mineira* demonstrava que novamente reconhecia a autoridade desta instituição e do seu papel na condução do movimento espírita brasileiro – vindo, inclusive, a confirmar a mesma versão sustentada por ela quanto à atuação dela naquele acordo. Talvez, nesse momento (1958), já não fosse conveniente para a *União Mineira* ficar arrogando somente para si tal responsabilidade. Talvez, compartilhá-la ou atribuí-la à *FEB* fosse uma maneira de se redimir-se de seu passado e, então, tentar apagar qualquer resquício de mal estar existentes entre elas.

Ainda neste artigo, pode-se também perceber que, para a *FEB* (e, talvez, também para muitas daquelas instituições que participaram da reunião ocorrida em outubro de 1949, inclusive para a *União Mineira*), o que parecia estar em jogo não era o resultado desse acordo. Aliás, possivelmente, esse resultado até tenha significado para a *FEB* certa perda de poder. Também, parecia que o que estava em jogo nem fosse tanto as questões referentes à propalada “unificação espírita”, ou quanto à suposta “harmonia” gerada com aquele acordo. Desta forma, tudo indica que para a *FEB*, a importância daquele evento residia no fato de conseguir transmitir a ideia de ter sido ela a “líder” daquela negociação, como se a importância do *Pacto Áureo* estivesse, justamente, nessa representação. Assim, é provável que para a *FEB*, mais do que ter dado as cartas, o importante era impor a sua versão, ou seja, era construir uma representação onde prevalecesse a ideia de que tal negociação havia sido conduzida por suas mãos. Nessa medição de forças, ganhava o jogo – e a luta – quem conseguisse impor a palavra final sobre os “fatos verídicos” em torno daqueles acontecimentos.

Notas

³ A história sobre esses fenômenos ficou conhecida como o “caso das irmãs Fox”, por envolver duas irmãs, Katherine, de 9 e Margareth, de 12 anos, moradoras da aldeia de Hydesville, do Condado de Wayne. Elas, que diziam escutar pancadas nas paredes, passaram a alegar que aquele barulho tratava-se de código usado pelos mortos para se comunicarem com o mundo dos vivos. Cf. SILVA, R. M. *Chico Xavier: imaginário religioso e representações simbólicas no interior das Gerais*. Uberlândia: UFU, 2002. (Dissertação de Mestrado), p. 50.

⁴ Rivail nasceu em 1804, em Lyon. Foi aluno de Jean-Henri Pestalozzi, assim, tornou-se um educador liberal. Era leitor de Rousseau e escreveu uma série de obras nas áreas das ciências sociais e exatas. Quanto ao espiritismo, publicou cinco obras, que ficaram conhecidas como *O Pentateuco Kardecista*. São elas: *O Livro dos Espíritos*, 1857; *O Livro dos Médiuns*, 1861; *O Evangelho Segundo o Espiritismo*, 1864; *O Céu e o Inferno*, 1865; e *Gênese*, 1868. Cf. GIUMBELLI, E. *O cuidado dos mortos: uma história da condenação e da legitimação do espiritismo*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997, p. 57.

⁵ Ver entre outros: GIUMBELLI, E. Op. Cit.; LEWGOY, B. *Os espíritas e as letras: um estudo antropológico sobre a cultura e oralidade no espiritismo kardecista*. São Paulo: USP, 2000. (Tese de Doutorado). SANTOS, J. L. *Espiritismo: uma religião brasileira*. São Paulo: Moderna, 1997; STOLL, S.

J. Entre dois mundos: o espiritismo da França e no Brasil. São Paulo: USP, 1999, p. 40. (Tese de Doutorado).

⁶ Ver entre outros: DAMAZIO, S. *Da elite ao povo: advento e expansão do espiritismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994; FERNANDES, M. O. Luiz Olímpio de Menezes: os primeiros momentos da Edição Kardecista no Brasil. São Paulo: USP, 1993. (Dissertação de Mestrado); ISAIA, A. C. Allan Kardec e João do Rio: os jogos do discurso. In: MACHADO, M. C.; PATRIOTA, R. (orgs.) *Historia e Historiografia: perspectiva contemporânea de investigação*. Uberlândia: Edufu, 2003; SILVA, R. M. Op. Cit.

⁷ Entre essas correntes se encontrava o positivismo, o cientificismo e o darwinismo. O magnetismo mesmeriano, a prática do hipnotismo e do sonambulismo, da homeopatia, entre outros, eram práticas que, nesta época, também se difundiam pelo país e se mesclavam com as práticas de curas religiosas Cf. SILVA, R. M. Op. Cit., p. 37-49.

⁸ SANTOS, J. L. Op. Cit., p. 11.

⁹ De acordo com Giumbelli, estas práticas realizavam-se por meio dos estudos e discussões doutrinárias quanto também, por meio das atividades mediúnicas. Nestas, os “indivíduos teriam suas faculdades identificadas (...) e moldadas segundo orientações prescritas, por exemplo n’O livro dos médiuns de Kardec”. Essas também consistiam em práticas de doutrinação aos considerados “espíritos sofredores”, isto é, a orientações diversas a fim de que esses deixassem de sofrer em vão e assim, reconhecessem sua condição de “desencarnado”, aceitando a morte como uma passagem para uma nova etapa de sua “evolução” espiritual e em recebimentos de mensagens doutrinárias atribuídas aos espíritos. Outra modalidade da mediunidade se configurava nas práticas terapêuticas que, por sua vez, eram praticadas pelos médiuns receitistas (pessoas que afirmavam receberem “inspiração espiritual” de médicos já falecidos para receitarem aos doentes remédios homeopáticos ou alopáticos) como pelos “médiuns de cura”, aqueles que atendiam aos doentes impondo-lhes as mãos para “doarem” a eles “fluido vital” a fim de restaurarem a saúde. Cf. GIUMBELLI, E. Op. Cit.

¹⁰ Muitas vezes, por não terem sede própria, o grupo idealizador de um centro reunia-se nas residências de seus líderes e membros, formando os “grupos familiares”. Cf. SILVA, R. M. Op. Cit., p. 78.

¹¹ A grande maioria dos grupos espíritas, por meio do desenvolvimento da mediunidade, trabalhava com a prática da incorporação (possessão de um indivíduo atribuída aos espíritos), porém, alguns centros permitiam a manifestação de espíritos de “pretos velhos” e de “caboclos” para darem orientação; outros, apenas aceitavam que essas orientações viessem dos chamados “espíritos superiores”. Alguns só estudavam as obras de Kardec, enquanto outros também aceitavam os livros de Rustaing. Uns, dedicavam-se mais aos “trabalhos de desobsessão” e de “cura mediúnica”. Havia aqueles que se dedicavam mais às “experiências científicas” da doutrina, enquanto outros davam mais ênfase aos “estudos evangélicos”. Cf. SILVA, R. M. *Mineiridade, representações e lutas de poder na construção da “Minas Espírita”: Da União Espírita Mineira a Francisco Cândido Xavier (1930-1960)*. Florianópolis: UFSC, 2008. (Tese de Doutorado), p. 80.

¹² Cf. SANTOS, J. L. Op. Cit., p. 31.

¹³ Sobre a relação entre os espíritas e os maçons ver ISAIA, A. C. *Espiritismo, Utopia e Conciliação Social. Cadernos do CEOM*. Chapecó, v. 04, n. 13, p. 183 – 214, 2001.

¹⁴ Como participantes desses grupos são citados nomes de políticos renomados como Quintino Bocaiúva, Saldanha Marinho e Alcindo Guanabara, militares de alta patente como Ewerton Quadros, médicos e advogados de prestígio como Bezerra de Menezes, Joaquim Carlos Travassos, Bittencourt Sampaio, Antonio Luiz Sayão, entre inúmeros outros. Cf. GIUMBELLI, E. Op. Cit., p. 62-63.

¹⁵ Entre eles pode-se citar: Sociedade Acadêmica Deus, Cristo e Caridade, 1879; Sociedade Espírita Fraternidade, 1880; Grupos de Estudos Evangélicos, 1880; Grupo Espírita Fraternidade e Humildade, 1881. Cf. DAMAZIO, S. Op. Cit., p. 105; GIUMBELLI, E. Op. Cit., p. 62.

¹⁶ Discutindo sobre esses conflitos, Giumbelli afirma que boa parte da literatura que versa a respeito da história do espiritismo no Brasil, aponta que um dos principais papéis assumido pela *Federação Espírita Brasileira*, seria o de tentar “unificar” o recém-criado movimento espírita a fim de apaziguar as possíveis divergências surgidas no interior deste. Isso porque quando essa doutrina emergiu na França,

embora seus praticantes propusessem “conciliar” os estudos científicos com a religião cristã, enfatizavam o papel científico e filosófico de sua doutrina. Tendo em vista esse dado, alguns estudiosos, inclusive Damazio, afirmam que, quando esse movimento começou a se constituir no Brasil (mais especificamente no Rio de Janeiro), com o passar dos anos, essa proposta de “conciliação” teria se desfeito, como se houvesse formado duas facções: uma propondo que o espiritismo priorizasse os fenômenos considerados científicos; outra defendendo que os espíritas se dedicassem basicamente aos estudos do evangelho cristão. Polemizando com essa literatura, Giumbelli procura demonstrar que embora existissem divergências, essas não devem ser consideradas como uma dicotomia, dando origem a uma compreensão de que havia duas correntes totalmente opostas – mesmo porque, as fronteiras entre elas se apresentavam bastante tênues. Desta maneira, seria mais prudente compreender que a diversidade nas maneiras de praticar e interpretar a doutrina, possibilitava a construção de uma síntese. Daí, o constante uso dos termos “ciência religiosa”, ou vice-versa, nos discursos dos membros do movimento espírita para se referirem a sua doutrina. Cf. GIUMBELLI, Op. Cit., p. 71-72.

¹⁷ Sobre os conflitos e as lutas de representações entre espíritas e católicos ver trabalho de ISAIA, A. C. Hierarquia católica e religiões mediúnicas no Brasil da primeira metade do século XX. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, n. 30, p. 67-80, 2001.

A respeito das disputas e poder e saber entre espíritas, católicos e médicos também ver ISAIA, A. C. O catolicismo pré-conciliar brasileiro e as religiões mediúnicas: a recorrência ao saber médico-psiquiátrico. *Revista de História das Idéias*, Coimbra, v. 26, p. 599-622, 2005.

¹⁸ “Tratava-se de um jornal publicado quinzenalmente desde janeiro de 1883 e que tinha uma coluna dedicada ao espiritismo. Na verdade, em sua quase totalidade era ocupado por assuntos a ele relacionados (...). Quando a FEB é criada, o Reformador passa a ser seu órgão de imprensa, veiculando o conteúdo de suas discussões e decisões”. In: GIUMBELLI, E. Op. Cit., p. 63.

¹⁹ Idem, *Ibidem*, p. 63.

²⁰ O primeiro presidente a tomar posse nesta instituição foi o major Ewerton Quadros, que ficou no comando da FEB até 1888. Segundo Damazio, por ser um admirador de Roustaing, foi Quadros quem traduziu para o português o polêmico livro *Os Quatro Evangelhos*. Cf. DAMAZIO, S. Op. Cit.

²¹ Cf. BORDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1999.

²² GIUMBELLI, E. Op. Cit., p. 84.

²³ Idem, *Ibidem*, p. 116-117.

²⁴ Em outubro de 1904, em uma festividade em comemoração ao aniversário de Kardec, a FEB havia conseguido reunir um número de representantes de grupos espíritas de todo o país. Estes acabaram aprovando um documento que ficou conhecido no meio espírita sob o título de *Bases de Organização Espírita*, que para Giumbelli, “significou um novo esforço de unificação institucional e de normatização doutrinária”. In: GIUMBELLI, E. Op. Cit., p. 181.

Neste documento, a FEB pedia para que esses estados se organizassem e criassem suas federações estaduais, para que essas, filiadas a ela, contribuíssem para a organização e unificação do movimento.

²⁵ Segundo Giumbelli, “Não por acaso, nesse mesmo período, a FEB promoveu uma série de conferências, visando, segundo nota do *Reformador*, ‘dar uniformidade aos trabalhos dos grupos’. Bezerra de Menezes, em sua exposição, relacionou esse objetivo à questão de federarem-se os grupos”. In: GIUMBELLI, E. Op. Cit., p. 111.

Bezerra assumiu a presidência da FEB em 1895. Até hoje ele é considerado um espírita de renome nacional: médico e político, aproximou-se do espiritismo por volta de 1875, mas só assumiu publicamente sua crença em 1886, daí, associou-se a FEB. Para Damazio, teria sido em sua gestão que a FEB teria desenvolvido a maior campanha em prol da “unificação da família espírita”. Cf. DAMAZIO, S. Op. Cit., p. 109-119.

No entanto, Giumbelli adverte que apesar dessa fama de “unificador”, na verdade, “muito pouco de seu projeto de ‘unificação’ foi concretizado: nenhuma adesão à FEB foi registrada e nem esta procurou investir ostensivamente em um trabalho de disciplinarização dos grupos”. In: GIUMBELLI, E. Op. Cit., p. 119-120.

Mas, será anos depois, por volta de 1904, quando a FEB enfrentava nova onda de perseguição judicial

é que ela vai se apresentar, de fato como representante do movimento espírita, portanto, modelo institucional a ser seguido.

²⁶ Na verdade, antes de a FEB arrogar para si o papel de representante do movimento espírita, em 1889, havia surgido no interior dessa própria instituição o *Centro Espírita do Brasil* (para os centros da capital federal “adesos” a ela, a FEB chegou até a ceder seu espaço para que esses ali realizassem suas reuniões), cuja presidência foi assumida pelo próprio presidente da FEB na época, isto é, por Bezerra de Menezes. Este centro afirmava ser sua intenção promover a “unificação” do movimento carioca. Para Giumbelli, o nascimento desse centro foi o primeiro momento em que se percebe no Brasil a elaboração de “uma proposta que articula a formação de um núcleo centralizador com o projeto de uma normatização doutrinária”. Porém, nem esse centro, muito menos sua proposta vingaram. Anos depois, em 1894, surgiu outro grupo no interior da FEB: a *União Espírita de Propaganda do Brasil*, com as mesmas pretensões que o citado anteriormente. Logo este também declarou ter como objetivo o fortalecimento dos “laços de solidariedade da família espírita”. Obviamente, seu aparecimento também provocou conflitos no interior do movimento carioca. Cf. GIUMBELLI, E. Op. Cit., p. 109-110.

²⁷ SANTOS, J. L. Op. Cit., p. 19.

Desde os tempos de Bezerra de Menezes – período em que os atritos entre os “científicos” e os “místicos”, assim, como entre os kardecistas e rustanistas já eram evidentes – essa instituição passou a pregar a necessidade da “união do movimento”. No entanto, segundo Santos, durante a época em que presidiu a FEB, Bezerra não realizou quase nada de concreto nesse sentido, mas, mesmo assim, o seu nome entrou para a história do espiritismo como o “grande precursor da unificação”.

²⁸ GIUMBELLI, E. Op. Cit., p. 253.

²⁹ Por volta de 1920, em função da reprovação da FEB quanto à manifestação dos “pretos velhos” e “caboclos”, “entidades” de descendência africana e ameríndia, houve por parte de alguns espíritas uma oposição com aquilo que entendiam como um “kardecismo intelectualizado”. Daí proporem a criação de uma religião sincrética. Enfim, daí ter ocorrido o surgimento da umbanda como fruto dessa ruptura. Cf. SANTOS, J. L. Op. Cit., p. 56.

³⁰ Cf. BORDIEU, P. Op. Cit., p. 57.

³¹ Cf. GIUMBELLI, E. Op. Cit., p. 252.

³² Idem, *Ibidem*, p. 251.

³³ SANTOS, J. L. Op. Cit., p. 54.

³⁴ Somente em 1925, após a criação do *Regulamento de Adesão*, é que a FEB teria conseguido um maior êxito no controle sobre as instituições a ela filiadas. Neste regulamento estava previsto uma série de normas que lhe possibilitava um certo controle do movimento. De acordo com Guimbelli, a partir desse *Regulamento* ficava definido que “Todo grupo, direta ou indiretamente filiado à FEB, teria de lhe remeter periodicamente informações sobre sua organização e atividades, além de contribuir monetariamente para uma ‘caixa de propaganda’; a FEB, por sua vez, devia-lhes assessoria jurídica e doutrinária e auxílios materiais, além do envio de obras doutrinárias e do *Reformador*. (...) A fidelidade e pureza doutrinárias deviam se refletir no programa de atividades, necessariamente divididas em sessões públicas (de esclarecimento doutrinário e moral, permitindo-se apenas a manifestação de ‘guias’) e privadas (trabalhos práticos) e, quando possível, na manutenção de serviços assistências (citam-se ‘caixas de socorros materiais’, ‘gabinetes mediúnicos receitistas’, postos farmacêuticos e cursos de instrução escolar)”. In: GIUMBELLI, E. Op. Cit., p. 250-51.

³⁵ Idem, *Ibidem* p. 256.

³⁶ SANTOS, J. L. Op. Cit., p. 60.

³⁷ Leopoldo Machado era muito atuante na área da educação espírita, inclusive, era proprietário de um colégio em Nova Iguaçu, RJ. Nessa época se envolveu, sobretudo, com os congressos que propunha a discussão sobre a educação dos jovens espíritas. Quanto a sua posição no movimento, a documentação dá pistas de que Machado estava ali como um representante da *Liga Espírita do Brasil*. Cf. SILVA, R. M. Op. Cit., 2008, p. 90.

³⁸ Em um artigo publicado no órgão oficial da *União Espírita Mineira*, Machado afirmava que os estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, não só tinham mandado seus próprios delegados, como

também, destacavam-se por serem as maiores delegações. Também relatou que 16 outros estados que não estavam presentes se fizeram representar por meio dos que ali estavam. Cf. *O Espírita Mineiro*, 31 de dezembro de 1948.

³⁹ Infelizmente, esta edição d'*O Espírita Mineiro*, de 31 de dezembro de 1948, publicou apenas as teses apresentadas pela *União*, o que impossibilitou uma análise sobre as demais e assim, poder avaliar as possíveis lutas de representação entre as delegações ali presentes.

⁴⁰ Ver *Livro de Atas*, de 29 de setembro e 13 de outubro de 1948.

⁴¹ Certamente, isso tem a ver com a mudança de diretoria da *União Mineira*, ocorrida em 1946. Na verdade, de junho de 1936 a maio 1946, a *União* foi administrada pela diretoria encabeçada ora por Cícero Pereira, ora por Rodrigo Antunes. Esses dois mantinham uma administração muito semelhante à administração do fundador desta instituição, Antonio Lima, cuja principal característica de sua gestão parecia ser sua obediência à *FEB*. Na análise da documentação deste período Pereira/Antunes, por algumas vezes, encontrou-se referências extremamente respeitadas à *FEB*, reconhecendo nela seu papel de liderança. Ficava claro, que mais do que filiada, a *União* se colocava como uma aliada. Essa mesma postura também parecia ter tido a gestão anterior, encabeçada por Antônio Paraíso (1929 a 1934). Nas atas deste período, por algumas vezes também se encontrou na documentação, referências feitas respeitadas ao *Conselho Federativo* da *FEB*, deixando claro que a casa obedecia as suas determinações. (Cf. *Livro de Ata*, 31 de novembro de 1931; e, 8 de abril de 1934). Quando Camilo Chaves assumiu a presidência, muitas medidas foram tomadas para distinguir sua gestão das anteriores. Assim, é provável que essa mudança de postura, se propondo a ser mais ativo dentro do movimento nacional fizesse parte dos planos dessa nova diretoria. Mas, com essa decisão, talvez, não se possa falar que ela tenha sido uma "afronta" direta à *FEB*, ou, pelo menos não era essa a impressão que Chaves queria causar, visto que no dia 2 de novembro de 1948, ainda em São Paulo, enviou um telegrama à *FEB*, cumprimentando-a em nome da presidência do congresso, referindo-se a ela, como sendo a "veterana Organização Espírita Nacional".

⁴² Noraldino Castro também era o redator do jornal *O Espírita Mineiro*. Aliás, por seu intermédio, esse jornal (que foi fundado junto com a instituição, em 1908, vindo a parar de circular em 1912, depois retornando por volta de 1935, havia circulado pela última vez, em outubro de 1944, pelas mãos de Cícero Pereira) havia retomado sua circulação em maio de 1948, vindo a sobreviver até dezembro de 1949. Deste modo, a documentação produzida pela *União Mineira* em função desta sua participação nesse congresso, foi de fundamental importância para essa pesquisa.

⁴³ Quanto ao restante da mesa diretora, Leopoldo Machado relatou nesse seu artigo publicado n'*O Espírita Mineiro*, que a vice-presidência do congresso havia sido indicada a Roberto Michelena (representante da *Federação Espírita do Rio Grande do Sul*) e a ele mesmo, como representante do estado do Rio de Janeiro. A secretaria foi indicada a um representante de Santa Catarina e a outro de São Paulo.

⁴⁴ Pelo que consta em seus dados biográficos, após longos anos de vida parlamentar, por volta de 1935, Camilo Chaves teria se aposentado junto ao senado estadual mineiro. Além de político, consta que havia sido professor, escritor, e membro do *Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*. A partir dessa época, ele teria se dedicado então à divulgação da doutrina kardecista, vindo a ajudar na fundação e a participar de alguns centros espíritas na capital mineira, inclusive, do *Cenáculo Espírita Tiago Maior*. Desde 1940 seu nome era cogitado nas eleições como provável candidato para ocupar cargos na diretoria da *União Espírita Mineira*. No entanto, isto veio a acontecer somente em junho de 1946, quando assumiu a presidência, sendo reeleito em 1948. A partir de março deste ano, quando Cícero Pereira renunciou à vice-presidência, Chaves passou a ter Bady Curi como parceiro nesta diretoria.

⁴⁵ *O Espírita Mineiro*, 31 de dezembro de 1948.

⁴⁶ Cf. *Livro de Ata*, 5 de dezembro de 1948.

⁴⁷ Tudo indica que outras instituições também receberam tal comunicado. Pelo menos, esse foi o caso da *FERGS*, que também foi informada sobre o seu desligamento daquela instituição. Cf. *Livro de Ata*, 5 de dezembro de 1948.

⁴⁸ Segundo Bourdieu, os indivíduos são constituídos de *habitus*, isto é, são constituídos de comportamentos que denotam suas maneiras de se inserirem no mundo, seus modos de pensar, julgar, agir e

conceber o mundo ao seu redor. Por sua vez, esses *habitus* podem criar práticas e representações dentro deste mundo ou, mais especificamente, dentro do campo em que são geradas. Cf. BOURDIEU, P. Op. Cit.

⁴⁹ Segundo Arruda, era comum ver os políticos mineiros desta época “reivindicando a ‘honrosa missão de mediadora entre as forças políticas que se desaviam em contendas acidentais’”. In: ARRUDA, M. A. N. *Mitologia da Mineiridade: o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 221.

⁵⁰ *Livro de Ata*, 2 dezembro de 1950.

⁵¹ Cf. ARRUDA, M. A. N. Op. Cit.

⁵² Idem, *Ibidem*, p. 215.

⁵³ Cf. SILVA, R. M. Op. Cit., 2008.

⁵⁴ *O Espírita Mineiro*, 31 de dezembro de 1948.

⁵⁵ Esse modelo de conselho proposto se assemelhava àquele subordinado à FEB. Como já comentado, a FEB criou em 1926 um *Conselho Federativo* formado pelos representantes das associações filiadas a ela. Cf. GUIMBELLI, E. Op. Cit., p. 250.

⁵⁶ Como aludido, a *Liga*, também sediada no Rio de Janeiro, foi criada por um grupo de opositores à FEB, em 1926.

⁵⁷ Representando a *União* foram a esse Congresso Noraldino Castro, presidente do *Conselho Deliberativo*, Bady Curi, vice-presidente e Osório de Moraes, que era presidente do Abrigo Jesus (entidade asilar construído pelo trabalho dos sócios da *União Espírita Mineira*).

⁵⁸ SANTOS, J. L. Op. Cit., p. 61.

⁵⁹ Idem, *Ibidem*, p. 60.

⁶⁰ Tendo em vista que constantemente o jornal *O Espírita Mineiro* publicava as súmulas das reuniões do *Conselho Federativo Nacional*, contendo as tomadas de decisões e as participações das diversas instituições federativas estaduais, o que se pode concluir é que esse Conselho não só se reunia com frequência, mas, provavelmente, também participava de fato das deliberações concernentes ao movimento espírita nacional. Enfim, tudo indica que ele usufruía o poder que lhe era de direito, fazendo valer sua posição na estrutura daquele campo religioso.

⁶¹ *O Espírita Mineiro*, agosto-outubro de 1958.

⁶² Idem.

⁶³ Nesse momento Bady Curi, que antes era vice, apresentava-se como o presidente da *União Espírita Mineira*.

⁶⁴ Versão que, naquela época – outubro de 1949 –, o órgão oficial da *União Mineira* não apresentou. Aliás, na edição em que comentou o resultado do *Pacto Áureo*, a *União* não atribui a sua liderança nem a si, nem a nenhuma instituição, mas ressaltou a decisão da *Liga Espírita do Brasil* (que foi criada para fazer oposição à FEB) em ceder e se submeter a um *Conselho* presidido pela FEB. Daí, essa *Liga* vir a diminuir suas atividades, que antes também era de âmbito nacional, para se tornar uma instituição de representação local e que também deveria se filiar à FEB para, de fato, efetivar a tão decantada “unificação”. A esse respeito assim se referiu *O Espírita Mineiro*: “O movimento de unificação da Família Espírita Brasileira, concretizado no dia 5 de Outubro de 1949, justamente qualificado de ‘áureo’, representa fato tão auspicioso que, dificilmente podemos exprimir o seu relevo! Era justo e indômito anseio que palpitava os corações de quantos se encontravam empenhados na difusão da doutrina em terras do Brasil. Naquele dia em que as bênçãos dos céus desceram até nós, sepultaram-se as incompreensões existentes em todas as casas direcionais. Removeram-se barreiras aparentemente intransponíveis. Tudo se aclarou e pareceu fácil. Mas, pairava no ar interrogação muito séria: A Liga Espírita do Brasil se conformará com a resolução de seu presidente? E, no entanto, ali também venceu, de forma impressionante, o espírito concórdia: ela, em memorável reunião homologou a resolução. E foi a que o mais belo exemplo de renúncia proporcionou aos homens de boa vontade: reduziu as suas atividades ao Distrito Federal, ela, que há mais de 20 anos vinha trabalhando como entidade de âmbito nacional”. In: *O Espírita Mineiro*, dezembro de 1949.